

DECISÃO SOBRE RECURSO ADMINISTRATIVO

TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2019

OBJETO: contratação de empresa especializada para a execução da obra de reforma e readequação da EEB Visconde de Mauá em Centro de Educação Infantil, localizado na Rua Altamiro Guimarães – nº 1535, bairro Oficinas.

RECORRENTE: ESTRUTURAR CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

CONTRARRAZOANTE: PROSUD CONSTRUTORA EIRELI

Trata-se de recurso administrativo interposto tempestivamente nos autos da Tomada de Preços nº 05/2019, acerca do julgamento das propostas, sobre os quais foram devidamente comunicadas as demais licitantes, em cumprimento ao Art. 109, § 3º da Lei nº 8.666/93.

Exercendo seu direito de impugnação, manifestou-se através do Protocolo Eletrônico nº 10.638/2020 a empresa Recorrida – PROSUD CONSTRUTORA Eireli, cujos argumentos passam a ser analisados pela Comissão de Licitação, concomitantemente às razões do recurso administrativo, conforme segue:

1. DO OBJETO DO RECURSO

A Recorrente insurgiu-se sobre o julgamento inicialmente proferido pela Comissão de Licitação, que declarou vencedora do certame a empresa PROSUD – ora recorrida e contrarrazoante, conforme dispôs a ata da sessão de julgamento que ocorreu em 08/04/2020.

Os principais pontos atacados pela Recorrente se resumem a determinados itens da planilha orçamentária ofertada pela PROSUD, quais sejam:

A) Item 1.12: alegou a recorrente que o valor da mão de obra do serviço foi de R\$ 27,52, excedendo, pois, o valor máximo estabelecido no edital para esse item, que era de R\$ 16,36;

B) Segundo a Recorrente, sobre todos os itens de serviços o percentual de mão de obra proposto não ultrapassaria 17%, sendo 83% correspondente ao valor do material e, por isso, estando muito abaixo dos valores de mercado e das demais propostas apresentadas à licitação.

Pugnou, por fim, pela desclassificação da proposta Recorrida, em razão de suposto descumprimento ao item 5.3.3 do edital, devendo, por conseguinte, ser declarada vencedora do pleito a empresa ora Recorrente (ESTRUTURAR).

2. DA ANÁLISE DO MÉRITO DO RECURSO

Preliminarmente cabe ressaltar que, por sugestão do corpo técnico do Município, e com respaldo na Lei 8.666/93, a Comissão diligenciou a empresa PROSUD para que demonstrasse a exequibilidade de sua proposta, sob pena de desclassificação da mesma, a fim de resguardar o Município de qualquer situação que porventura pudesse prejudicá-lo futuramente.

Em resposta à diligência, a empresa Recorrida não só apresentou os documentos comprobatórios pertinentes à praticabilidade de sua proposta como os fez junto às contrarrazões do recurso, protocolizando-os em 113 laudas.

Dessa forma, diante das insurgências destacadas pela Recorrente e das contrarrazões supra mencionadas, por se tratar de questões eminentemente técnicas que contestam exclusivamente a planilha orçamentária proposta pela empresa Recorrida, a Comissão



Município de Tubarão

valeu-se do conhecimento do Sr. Ingo Roberto de Quadra Gonçalves, Engenheiro Civil do Quadro do Município, para emitir seu posicionamento. Este, por sua vez, em atendimento à solicitação da Comissão, destacou *in verbis*:

O primeiro questionamento da empresa Estruturar é referente a uma suposta cotação de um serviço unitário acima do valor da planilha de referencia do Município. Analisando as planilhas com o devido cuidado, foi observado que a reclamante analisou equivocadamente o item, sendo que o valor de R\$27,52 cotado no item 1.12 na planilha, trata-se na verdade do valor total da composição (material mais mão de obra), sendo inferior ao da planilha do Município, no valor de R\$38,22. Portanto, o argumento da reclamante neste ponto é claramente sem fundamento.

O segundo questionamento é referente ao desconto linear ofertado pela empresa PROSUD nos itens de mão de obra. Cabe ressaltar, que esta tomada de preço é por preço global e não por preço unitário, onde os serviços a serem executados são orçados em forma de composição, devendo ser levado em conta o desconto total dos serviços como um todo e também o desconto total no valor total da planilha orçamentária. Devido ao fato da empresa PROSUD ter ofertado um desconto superior a 30% do valor total, em torno de 30,8%, a empresa ESTRUTURAR apontou em seu ofício uma possível inexecuibilidade da proposta da empresa PROSUD. Este argumento é totalmente inválido, tendo em vista o próprio Tribunal de Contas da União deixa claro no artigo 48, em seu inciso §1 da Lei de Licitação 8.666/1993. indica que serão desclassificadas as propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexecuíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação, onde consideram-se manifestamente inexecuíveis, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, **ou**
- valor orçado pela administração;

De posse do quadro de propostas ofertadas pelas proponentes no dia da sessão, a média dos valores orçados foi de R\$2.364.194,72, sendo que a proposta da empresa PROSUD foi de R\$2.011.000,00, correspondendo a um desconto global de 85,49% das médias das propostas, a qual está dentro dos limites estabelecidos pelo Tribunal de Contas da União.

Cabe destacar que a proposta da empresa reclamante foi de R\$2.011.116,47, ou seja, apenas R\$116,00 acima da proposta vencedora, a qual não justificaria o presente pedido de recurso tendo em vista as proximidades das propostas e descontos.

Destarte, mediante o exposto, através de parecer técnico, indico o deferimento das contrarrazões da empresa PROSUD e indeferimento do recurso da empresa ESTRUTURAR.



Município de Tubarão

Conforme fora ressaltado pelo técnico do Município, acerca do primeiro apontamento houve um equívoco por parte da Recorrente, uma vez que o preço total cotado pela empresa PROSUD para o item 1.12 foi de R\$ 27,52, estando, portanto, abaixo daquele disposto na planilha do Município.

Quanto aos valores relativos à mão de obra que constam da planilha da Recorrida, tendo em vista os documentos comprobatórios trazidos aos autos pela Recorrida e demais argumentos devidamente expostos em suas contrarrazões, os quais foram minuciosamente avaliados pelo técnico da Administração Pública, ficou constatada a exequibilidade da proposta originalmente declarada vencedora - PROSUD.

Para que nenhum elemento importante seja equivocadamente omitido pelo Município, a Comissão de Licitação delibera pela incorporação dos documentos ofertados pela empresa PROSUD (contrarrazões) à presente manifestação, aos quais será dada a devida publicidade.

Nesses termos, opina-se pelo **não provimento** do recurso em tela, mantendo-se a empresa PROSUD CONSTRUTORA EIRELI vencedora do pleito.

Submeta-se o presente parecer para análise do Sr. Prefeito.

Tubarão SC, 07 de maio de 2020.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO:

KARLA VITORETI CIPRIANO

DARLAN MENDES DA SILVA

JOSI CARDOSO DE AMADEU

CARLI MAAS MARTINS

ADRIANA VALGAS BRASIL



**Município
de Tubarão**

3. DA DECISÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR:

Em cumprimento ao que preceitua o Art. 109, § 4º da Lei 8.666/93, RATIFICO o parecer acima exposto pela Comissão de Licitação, em todos os seus termos.

Intime-se. Publique-se.

Tubarão SC, 07 de maio de 2020.

JOARES CARLOS PONTICELLI

Prefeito